

SARA ELEN IRIAS D'ASSUNÇÃO

**A INVISIBILIDADE DAS MULHERES NEGRAS NA POLÍTICA:  
O REFLEXO DO RACISMO ESTRUTURAL E DO PATRIARCADO  
NAS ELEIÇÕES 2020**

Viçosa- MG

Curso de Comunicação Social – Jornalismo da UFV

2021

SARA ELEN IRIAS D'ASSUNÇÃO

**A INVISIBILIDADE DAS MULHERES NEGRAS NA POLÍTICA:  
O REFLEXO DO RACISMO ESTRUTURAL E DO PATRIARCADO  
NAS ELEIÇÕES 2020**

TCC apresentado ao Curso de Comunicação Social- Jornalismo da Universidade Federal de Viçosa, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Maria Carmen Aires Gomes

Viçosa, 26 de outubro de 2021



Universidade Federal de Viçosa  
Departamento de Comunicação Social  
Curso de Comunicação Social- Jornalismo

TCC intitulado “*A invisibilidade das mulheres negras da política: o reflexo do racismo estrutural e do patriarcado nas eleições de 2020*”, de autoria da estudante Sara Elen Irias D’Assunção, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Profa. Dra. Maria Carmen Aires Gomes – Orientadora  
Universidade Federal de Viçosa- DLA UFV

---

Profa. Dra. Mariana Ramalho Procópio Xavier  
Universidade Federal de Viçosa DCM UFV

---

Ma. Alexandra Bittencourt Carvalho  
COLUNI/UFV

Viçosa-MG  
Curso de Comunicação Social/Jornalismo UFV  
2021

*Dedicado a Eva, Érica e Maria Eduarda, Antônia, Maria Rita, Cláudia, Cleide, Vanusa, Jhéssika, Thayryne, Bianca, Kleyce, Thalya, Paula, Cibele, Isabely, Jhúlia, Júlia, Eliane, Nilza, Maria da Conceição, Adriana, pelo exemplo de família chefiada por mulheres, pela fé, pelo amor desmedido, pela força e pelos ensinamentos.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus toda Honra e toda Glória. Início agradecendo a Deus e a Nossa Senhora do Rosário e Santa Rita de Cássia, por sempre terem me guiado e me segurado, quando me sentia insegura e sem forças para continuar. Obrigada, Deus, por permitir que eu cumpra mais essa etapa da minha vida. Estendo meu carinho à minha Mãezinha Aparecida, Senhora e Padroeira do Brasil, a quem fervorosamente entreguei este trabalho.

Mesmo quando tudo parecia perdido, eu a tinha como minha intercessora, Mãe, essa vitória é nossa, principalmente da Senhora, por ter me ensinado os caminhos do bem e ter brotado em mim a sementinha do conhecimento. Senhora é a base dos meus sonhos, a razão verdadeira por eu lutar todos os dias por um futuro melhor para nós. Sem medir esforços, todos esses anos a Senhora esteve comigo, me ajudando nas despesas, me encorajando, me suportando em meus momentos mais difíceis, nunca me abandonando.

A Érica, Maria Eduarda e Jhonne, meus queridos irmãos, e meu querido cunhado, Gabriel, pelo amor, pelo carinho, pela sempre fiel torcida nas minhas empreitadas, obrigada! Amo vocês imensamente.

Em memória dos meus queridos avós Solindo, Margarida e José, pelo carinho e amor eterno e pelas lembranças guardadas.

A minha amável avó, Dona Antônia, por ser uma mulher de fibra, geniosa, batalhadora, de coração grande, um grande exemplo de mulher. Te amo eternamente.

Aos meus lindos sobrinhos Nicolas e André, por me permitirem sentir a alegria de ser tia, de encherem meu coração de felicidade. Em memória da minha bonequinha Andressa, que passou por este mundo tão depressa, mas deixou em meu coração o sentimento mais puro do amor.

Ao meu pai Francisco, que mesmo de longe, sei que está sempre comigo. Pai obrigada por do seu jeito, me amar.

Aos meus amigos, Lara, Grazielle, Ana Carolina, Alex, Diego, Lucas, Michele, Gisele, Cristiano, Míriam, Marcos, Renoir, Marcos, Jésus, por tanto companheirismo, amizade e cumplicidade nesses anos todos. Obrigada por serem meu suporte. Obrigada a cada um de vocês, que em algum momento foram meu Norte, estiveram comigo, seguraram a minha mão e me encorajaram a seguir, a não desistir. Obrigada, de coração. Vocês foram incríveis!

Às minhas irmãs de alojamento, Kênia e Marisa, gratidão por estarem comigo. Obrigada por me agradecerem com a irmandade e companheirismo de vocês.

Quero agradecer à minha orientadora Maria Carmen, por acreditar no meu trabalho, por puxar minha orelha quando preciso e por colaborar para a construção desta pesquisa.

A minha amiga Juliana, obrigada por me acolher e me ensinar tanto. Obrigada por compartilhar a militância e me incentivar no desenvolvimento da teoria desta pesquisa. Obrigada por me abrigar em sua casa e cuidar de mim no meu pior momento de curso e um dos mais assustadores da minha vida, a crise de ansiedade.

Imensamente agradeço minha psicóloga Fabíola Rabelo, pelas conversas e pelo incentivo para escrever um trabalho de curso denunciando o racismo estrutural.

Em especial, agradeço ao Hitalo Gonçalves, por me emprestar seu colo nos últimos tempos, por me acalmar e por me ajudar a tornar mais prazerosos estes últimos momentos de escrita.

Com muito carinho, agradeço aos meus padrinhos de Batismo Maria da Conceição e Leandro, e aos meus padrinhos de Crisma, Nilza e Daniel, por toda energia positiva e por estarem comigo.

Estendo meu cumprimento a Adriana Nogueira, minha professora de Ensino Primário, que por tantas vezes me encorajou em sala de aula e até hoje me encoraja e inspira.

Preciso agradecer a todas as pessoas que colaboraram para meu amadurecimento político, em especial meu professor de Comunicação e Política, Rennan Mafra, meu amigo, Cosme Fonseca, com quem por vezes conversei sobre a possibilidade de discorrer um trabalho de final de curso tão expressivo.

Agradeço ao meu amigo de vida e colega de trabalho, Evaldo Lopes, que pacientemente ouviu meus lamentos e minhas alegrias durante a construção do TCC. Obrigada por ter sido meu apoio diário durante essa trajetória.

Agradeço ao Frei Gilson, que com seu ministério e com suas músicas de louvor e adoração, me acalmaram. Cada momento da construção desse trabalho, me baseei muito nas suas músicas, Frei, “Deixa Deus sonhar em ti”, “Tu és o centro” e “Acalma minha tempestade”. Aos Padres João Batista Barbosa e Antônio Claret Fernandes, por me encorajarem a prosseguir no curso no ano de 2016, quando pensei em desistir de tudo, por medo do desconhecido no campo da comunicação.

Apesar de nunca ter me sentido pertencida a este departamento, por inúmeras vezes não ter conseguido me expressar dentro do Departamento de Comunicação Social,

agradeço imensamente a cada professor por sua contribuição na minha vida acadêmica, por horas de ensino e pelas palavras ditas em sala de aula.

A cada um que direta ou indiretamente esteve presente nessa trajetória difícil e edificante, meu muito obrigada.

Por fim, preciso agradecer a todas as mulheres da minha família, a todas as minhas amigas, mulheres negras que conheci ao longo de todo esse tempo. Esse trabalho é para cada uma de vocês. Sou feliz em saber que eu tenho um coletivo de amor e luta.

*“Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo por sua própria conta, todas estas mulheres juntas aqui devem ser capazes de consertá-lo, colocando-o do jeito certo novamente. E agora que elas estão exigindo fazer isso, é melhor que os homens as deixem fazer o que elas querem.”*  
(Sojourner Truth)

## **RESUMO**

Este trabalho de conclusão de curso tem como abordagem principal identificar e analisar a forma como processos discursivos de naturalização silenciam e desqualificam as mulheres negras no âmbito político. Utilizando a metodologia da Análise do Conteúdo, fez-se uma análise dos textos, apresentando os indicadores de interseccionalidade, colonialidade e do feminismo negro.

A escolha das reportagens se deve a semelhança de assuntos abordados – o racismo e a participação de mulheres negras na política. A escolha dos portais de notícias G1 e Universa, parte da diferença editorial e do público de ambos. A partir da análise das reportagens, verificou-se um jornalismo que ressignifica estereótipos na construção do fato.

**Palavras-chave:** MULHERES NEGRAS; POLÍTICA; FEMINISMO

## **ABSTRACT**

This course conclusion work has as main approach to identify and analyze how discursive processes of naturalization silence and disqualify black women in the political sphere. Using the methodology of Content Analysis, an analysis of the texts was carried out, presenting the indicators of intersectionality, coloniality and black feminism.

The choice of reports is due to the similarity of the topics covered – racism and the participation of black women in politics. The choice of the G1 and Universa news portals is part of the editorial and public difference of both. From the analysis of the reports, there was a journalism that gives new meaning to stereotypes in the construction of the fact.

**Key words:** BLACK WOMEN; POLICY; FEMINISM.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1: REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>17</b>
Considerações iniciais.....	17
1.1 Interseccionalidade e Feminismos .....	17
1.2 Mulheres e espaços institucionais da política .....	22
1.3 Mídia e Representação .....	25
1.3.1 O portal G1 .....	28
1.3.2 A plataforma Universa .....	30
<b>CAPÍTULO 2: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>31</b>
2.1 Análise do Conteúdo .....	31
2.2 Sistematização do corpus e critérios para análise .....	32
<b>CAPÍTULO 3: A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020 EM REPORTAGENS PUBLICADAS NO <i>GI</i> E <i>UNIVERSA</i></b> ...	<b>34</b>
Considerações iniciais.....	34
3.1 Análise da reportagem publicada na plataforma Universa.....	34
3.2 Análise da reportagem publicada no portal G1.....	38
<b>CAPÍTULO 4: CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>45</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>50</b>

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 01 .....	<b>29</b>
Figura 02 .....	<b>30</b>
Figura 03 .....	<b>34</b>
Figura 04 .....	<b>38</b>
Figura 05 .....	<b>40</b>
Figura 06 .....	<b>41</b>

## ANEXOS

Reportagem 01: Mulheres negras na política: Verba vai primeiro para loiras do olho azul - <i>Universa</i> .....	50
Reportagem 02: Jovem negra eleita prefeita de Bauru sofre de ataques racistas às vésperas da eleição: 'Cara de Favelada' .....	52

## INTRODUÇÃO

O ano de 2020 sem sombra de dúvidas, entrou para a história contemporânea mundial. Com a Pandemia da Covid-19, causada pelo vírus SARS-COV-2, a sociedade precisou se readaptar. Uso de máscaras, distanciamento social, muitas mortes, descontrole da economia, aumento desenfreado do desemprego e outras decadências na dimensão social.

Além da significativa transformação social, o cenário político também se remodelou. Em meio à Pandemia da Covid-19, com o impedimento do contato entre as pessoas, muitas candidatas e candidatos utilizaram os recursos midiáticos digitais para chegarem nas casas dos eleitores.

Também, no último ano, aumentou consideravelmente o número das mulheres se candidatando a cargos de vereanças, prefeituras e vice-prefeituras. Aqui, nesta monografia, voltaremos nosso olhar analítico para as mulheres negras que se candidataram a estes cargos.

Ao longo deste trabalho, abordaremos a crescente participação das mulheres negras no cenário político observando analiticamente a maneira com que os discursos sobre essas mulheres são produzidos e circulados pelas mídias sociais – neste estudo foi utilizado como referência o *site*. Observamos nas reportagens produzidas e circuladas por *Universa* e G1 como as experiências das mulheres negras são atravessadas no pleito pela interseccionalidade.

Ao observar a sub-representação das mulheres negras no espaço político, percebe-se que a falta da participação das mulheres é um problema social. No Brasil, a escolha do representante, ultrapassa os limites eleitorais, e não é preciso ser um cientista político ou social, para verificar a falta de mulheres negras dentro das casas legislativas, que em sua maioria, são lideradas e ocupadas por homens, brancos, heterossexuais e pertencente a classes sociais privilegiadas. Houve um considerável aumento de mulheres negras nas indicações a vereanças, prefeituras e vice-prefeituras, mas poucas candidatas conseguem vencer as eleições, e se vencem, são silenciadas nestas casas.

Desde a conquista da primeira mulher negra a um cargo político no Brasil, houve avanços e retrocessos. A participação de mulheres negras na política ainda é muito escassa, de acordo com dados coletados para esta monografia, 84.418 mulheres negras se candidataram

nas Eleições Municipais do ano de 2020<sup>1</sup>. Todavia, em 53% dos municípios, a realidade segue sendo de pouca representatividade nas casas legislativas<sup>2</sup>.

Este trabalho originou-se da síntese da minha experiência política no último pleito. No período, pude perceber que o espaço político interiorano é aberto às propostas de candidatas negras. Todavia, desde a emancipação política do meu município, somente no último pleito uma mulher negra foi eleita a algum cargo do executivo ou legislativo.

Participar de uma campanha política motivada pela vontade de emancipação social, era uma das minhas bandeiras enquanto candidata. Todavia, ao longo da minha trajetória eleitoral, por vezes me esqueci de incluir mulheres negras nos meus projetos de gestão, o que hoje em dia, vejo como falha imensa e irreparável, uma vez que é dessa forma que outros políticos fazem conosco, nos esquecem.

Nas pesquisas de intenção de voto, meu nome, Sara Irias, era o terceiro mais lembrado pelos eleitores da minha cidade, Paula Cândido, MG, perdendo, claro, para dois homens. Embora eu tivesse um grande apoio de ex-políticos, todos homens e brancos, de grande parte da população, em especial os idosos, e de apoiadores em redes sociais, não fui eleita. A experiência que ficou após a derrota eleitoral, foi que havia ali algum problema social velado. Eu não sabia o quanto eu, mulher negra, e tantas outras mulheres negras, somos atravessadas pelas inúmeras dimensões identitárias e como somos identificadas e representadas na sociedade.

Muito se conhece na sociedade o lado branco. Estudiosos brancos, políticos brancos, religiosos brancos, a sociedade branca. Embora não seja de fato esta a única conjuntura racial, somos “ensinados” a aceitar o ideal branco. Em todos os espaços, é difícil, para não dizer impossível, encontrar pessoas negras. Existem ainda na atualidade espaços que nós negros não podemos entrar, mas nunca nos é explicado o motivo. São nas escolas particulares, nas faculdades privadas e até públicas, são nos grandes centros econômicos, nas grandes empresas

---

<sup>1</sup> Segundo análises de Gênero e Número, baseadas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as mulheres negras foram 84.418 candidatas à vereança, mas só 3.634 acabaram eleitas, representando 6% nas novas câmaras municipais. No executivo, a sub-representação é ainda pior: de 856 candidaturas femininas negras, até agora foram eleitas 209 à prefeitura, o que significa que as mulheres negras são o grupo menor representado nas prefeituras brasileiras (4%). No segundo turno das eleições municipais, são quatro mulheres negras concorrendo a prefeitura (3,57%), enquanto são 13 (11,61%) das vices na disputa. (GÊNERO E NÚMERO. Em 53% das cidades brasileiras, nenhuma mulher negra ocupará a Câmara Municipal em 2021. disponível em: <https://www.generonumero.media/mulheres-negras-53-eleitas/>, acesso em 03 de novembro de 2021, 19h16.)

<sup>2</sup> (GÊNERO E NÚMERO. Em 53% das cidades brasileiras, nenhuma mulher negra ocupará a Câmara Municipal em 2021. disponível em: <https://www.generonumero.media/mulheres-negras-53-eleitas/>, acesso em 03 de nov. de 2021)

de comunicação e outras áreas, são nos shoppings, supermercados renomados. Nem nas ruas, tampouco na política, pessoas negras são aceitas.

A nossa presença incomoda, e muito, às pessoas. Ao que parece, tudo o que é provindo de pessoas negras não serve para a sociedade, e quando se trata de mulheres negras, parece que tal suposição aumenta. Para este trabalho, essenciais foram as leituras sobre o feminismo negro: hooks (2018), AKOTIRENE (2019), CRENSHAW (2002), os estudos sobre interseccionalidade: RIBEIRO (2016), AKOTIRENE (2019), CARVALHO & COSTA (2020), CRENSHAW (2002), as identidades sociais: SILVA (2016), SILVA E SILVA (2019), as representações sociais: AKOTIRENE (2019), SILVA E SILVA (2019), para compreendermos que barreiras enfrentamos diariamente.

A todo instante, me indagava “onde estão as mulheres negras dentro da política?” e, principalmente, “será que de fato nunca seremos aceitas nestes espaços?”. Embora a sociedade tenha avançado, com melhorias nas leis de cotas destinadas às mulheres negras, é preciso tomarmos consciência de que não é normal a invisibilidade de um grupo, em especial, como é relatado, neste trabalho, a falta de representantes na política.

Seguindo essa premissa, foi procurado compreender através da Análise de Conteúdo como os discursos dessas pessoas foram produzidos e circulados nos meios de comunicação. Para tanto, analisamos o potencial discursivo de duas reportagens, veiculadas em duas mídias sociais distintas sobre a mesma problemática, os veículos comunicacionais escolhidos para a análise foram os portais G1 e *Universa*, trazendo a mesma temática nos textos: Eleições Municipais de 2020 e o racismo. Mesmo com angulações diferentes, ambas trouxeram o racismo como um dos pontos de intersecção dos indivíduos, sobretudo, neste caso, mulheres negras.

Ao estudar como as reportagens foram produzidas por *G1* e *Universa*, buscamos compreender como as mídias têm papel importante durante as eleições, sobretudo no último pleito, onde a solução encontrada por muitas candidatas e candidatos foi o uso das ferramentas virtuais. Ainda desse modo, não somente o campo político será analisado nas reportagens escolhidas, mas também a representação e identificação discursiva dessas mulheres pela lente interseccional.

O trabalho foi dividido em: fundamentação teórica, metodologia e a análise dos resultados. No capítulo I, trouxemos os arcabouços teóricos necessários para a validação científica desta monografia. Por se tratar de um trabalho que fala de mulheres negras dentro do cenário político, a escolha bibliográfica, foi pensada sobretudo para que somente autoras negras

fossem mencionadas no referencial teórico, uma vez que as mesmas, certamente, já possam ter passado por alguma das situações descritas nas reportagens.

Ainda no primeiro capítulo, discutimos o feminismo negro, pois a partir das teorias dessa temática, se consegue compreender a luta das mulheres negras pela ocupação dos seus espaços na sociedade e, além disso, faz-se um apanhado sobre a Interseccionalidade e os estudos de Comunicação e Política. As Eleições Municipais de 2020 foi o pano de fundo utilizado para a construção do estudo.

No segundo capítulo, usando a Análise de Conteúdo, selecionamos reportagens, considerando a temática da invisibilidade das mulheres negras na política. Foram monitorados os portais de notícia *G1* e *Universa*, durante o período de 21 de julho de 2021 a 30 de novembro de 2021. Além disso, nesta seção, é relatado o corpus da monografia e quais foram os critérios usados para delimitar e escolher as matérias para serem analisadas. Nesta pesquisa, duas reportagens, serão estudadas.

No terceiro capítulo, são abordadas as coberturas jornalísticas de *G1* e *Universa*, cada uma das reportagens, é avaliada, levando em consideração seus traços enquanto texto informativo e posteriormente destacando especificidades de interseccionalidade, colonialidade e feminismo negro, presentes nos textos.

A parte final do trabalho são as Considerações Finais, onde deliberamos sobre a pesquisa, os dados apresentados dentro da comparação das reportagens, e como tal material entra ressignifica ou não os estereótipos.

## **CAPÍTULO 1: REFERENCIAL TEÓRICO**

### **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Nesta seção serão abordados os arcabouços que embasam esta pesquisa. De forma concisa, trataremos dos pontos que merecem nossa atenção: o corpo feminino negro na sociedade, a interseccionalidade, como ferramenta de compreensão das injustiças e opressões sociais e a contradição da ‘igualdade política’ no Brasil em contraste com a baixa representatividade de mulheres negras na política e a invisibilidade das mesmas nos espaços de poder.

Para entender a problemática da sub-representação das mulheres negras nas casas legislativas, isto é, o espaço que ocupam na política, trazemos à luz deste estudo as pensadoras feministas negras as quais sinalizam a interseccionalidade como uma ferramenta analítica para compreender e expandir o olhar sobre os grupos oprimidos pela sociedade, em especial as mulheres negras, no que se refere à representatividade e à legitimação de vozes no cenário político, que é branco, masculino e cisheteronormativo.

Ainda, demonstraremos como os discursos são cruciais na sociedade, visto que as relações sociais são atravessadas, constituídas de poder, o que desmistifica a concepção de que a linguagem é neutra.

#### **1.1 Interseccionalidade e Feminismos: Gênero, Raça e outras dimensões dos sujeitos**

Inicialmente, ser feminista não significa odiar homens, e o feminismo não consiste em um movimento “anti-homem”, até poderia ser, se assim decidíssemos, diante da sociedade patriarcalista que vivemos, isso seria uma atitude legítima. Aliás, o feminismo é um movimento que se baseia, sobretudo, na luta pelos direitos iguais entre homens e mulheres, conforme aponta bell hooks (2018).

A sociedade foi construída, por meio da desigualdade entre homens e mulheres, além de outras desigualdades como a racial, produzindo e reforçando ideologias de quem seria mais forte e mais fraco, assim como o primeiro sexo e o segundo, e quais lugares os corpos poderiam assumir no espaço público a sociedade, nos seus ordenamentos médicos, religiosos e científicos, também estipulou quais seriam as características tipicamente “masculinas” e “femininas”, criando o binarismo, tão naturalizado nas interações sociais.

Neste sentido, a opressão social em relação às mulheres deve ser observada de modo interseccional, uma vez que corpos femininos são enclausurados nas masmorras do machismo, do sexismo, do racismo e de outras tantas opressões. Ainda, quando insurgem mulheres que desafiam a lógica estrutural da sociedade são, e foram, consideradas anomalias ou aberrações por suas famílias, tal como pelo mundo social. Desse modo, o corpo feminino, em geral, é lido como aquele destinado ao cuidado da casa, do marido ou dos filhos. Historicamente, em alguns contextos, já foi visto como desonra de famílias terem uma filha interessada em “coisas de homens”. Embora, os tempos sejam outros, algumas dessas ideologias ainda não desapareceram da sociedade, pois há um tipo de norma social que regula essa naturalização, reiterando-a constantemente.

“Inadmissível”, talvez, seria a palavra que muitos homens, no decorrer da história, devem ter proferido ao assistirem mulheres ocupando os seus lugares de fala na sociedade, nas discussões e nas tomadas de decisões. Comumente, o mundo, sob o domínio masculino, cishetero e branco, é visto como algo “normal”, enquanto a outra lógica é percebida como estranhamento, abjeção. Além do mais, existe um medo dos homens em relação às mulheres, principalmente as negras, por isso, podemos levar em consideração que há um boicote patriarcal e racial nos espaços de poder, como o político, isto é, que deslegitima as vozes femininas negras para que homens brancos continuem sendo os principais dirigentes da sociedade.

Sem dúvidas, o conceito de feminismo é estereotipado e confuso para muitas pessoas. Os ideais dos feminismos brancos são os mais conhecidos, dado que a categoria mulher é vista, por essa vertente, de forma homogeneizadora, tendendo à universalização das experiências e vivências femininas na sociedade. Assim, acredita-se que o foco da luta feminista sejam somente os fatos relacionados à questão de gênero, desconsiderando as outras opressões que perpassam as corporeidades de vários tipos de feminilidades na sociedade.

Segundo Akotirene (2019), a interseccionalidade é uma ferramenta analítica que possibilita uma compreensão mais ampla das vivências das mulheres negras, cujos corpos são perpassados por avenidas identitárias que especificam a opressão que as atingem e afetam o seu cotidiano. Ainda, a autora afirma que:

Trata-se de experiência racializada, de modo a requerer sairmos das caixinhas particulares que obstaculizam as lutas de modo global e vão servir às diretrizes heterogêneas do Ocidente, dando lugar à solidão política da mulher negra, pois que são grupos marcados pela sobreposição dinâmica identitária. (AKOTIRENE, 2019, p. 29).

O conceito de interseccionalidade foi trazido a partir da concepção de raça abordada pela estadunidense Kimberlé Crenshaw, em 1989, e trata pela maneira que o racismo, a opressão e o patriarcalismo, criam desigualdades entre mulheres, raças, etnias e classes (CRENSHAW, 2002). As relações são pensadas de maneira fragmentada, fazendo atenuar as diferenças, opressões e silenciamentos. Pensar a sociedade através da interseccionalidade, é expandir o olhar para os grupos oprimidos e buscar superar essas barreiras, buscando a indissociabilidade (CRENSHAW *apud* RIBEIRO, 2016). Esse pensamento interseccional explica a matriz de opressão racista, capitalista, cisheterossexista, etária, divisora sexual do trabalho (AKOTIRENE, 2019).

Outra questão é que a masculinidade é construída, também, socialmente, pela ideia de que as mulheres são inferiores em termos de gênero; e ainda se pensarmos sobre a masculinidade branca, percebemos que o racial pode implicar em um sexismo racista ou vice-versa. Para Carvalho & Costa (2020), as relações de gênero e racial complexificam-se quando observamos os sujeitos perpassados por mais de uma dimensão identitária, em que eixos de privilégio não anulam os eixos de subordinação.

Além disso, tais intelectuais explanam que:

A interseccionalidade impede uma lógica cartesiana na percepção das corporeidades, isto é, o de pensar separadamente a atuação dos sistemas de subordinação, sendo que é preciso compreendê-los em interação e sobrepondo-se no corpo, este que pode ser relacionado, conforme Stuart Hall, a uma tela de representações. (CARVALHO&COSTA, 2020, p.63).

Desse modo, as corporeidades, em geral, não são compostas por um único eixo identitário, e sim por vários, que podem ser eixos de poder - privilégios ou subordinação -, logo, as interações sociais envolvem sistemas de opressão cujos mecanismos se somam, gerando opressões específicas para os diferentes corpos.

Há então várias abordagens feministas que se confrontam e disputam narrativas acerca da categoria mulher: há o discurso feminista homogeneizador, oriundo do feminismo branco, que universaliza as vivências das mulheres na sociedade; o transfeminismo, feminismo ecológico, feminismo decolonial, feminismo neoliberal. O feminismo branco quer tocar, sobretudo, nas desigualdades entre homens e mulheres, sem considerar as outras dimensões identitárias: geopolítica, tamanho, classe, raça, etnia. De acordo com Djamilia Ribeiro (2018, p.7), “o feminismo negro não é uma luta meramente identitária”, visto que o mesmo envolve a formulação de projetos democráticos para a população negra em geral, pautando

especificamente as mulheres negras que são as mais afetadas pela estrutura social. A autora evidencia o compromisso ideológico dos feminismos negros no enfrentamento das desigualdades de gênero, classe e raça, pois tais eixos especificam o modo como as mulheres negras vivenciam a estrutura patriarcal racista ou racista patriarcal.

Assim, toda corporeidade precisa ser pensada compreendendo que os sistemas de subordinação podem atuar nos corpos e que mecanismos de poder desses sistemas agem de forma sobreposta de acordo com os eixos identitários, de privilégio e de subordinação, que podem constituir os sujeitos, em especial, as mulheres negras. Dessa forma, interseccionalizar a categoria mulher envolve descentralizar representações e também pluralizar os conhecimentos acerca das vivências femininas não só na sociedade brasileira, obviamente.

Ao citar bell hooks, que trata em suas produções intelectuais sobre a importância do feminismo negro para o debate político, Ribeiro (2018, p.22) enfatiza, também, o fato de se pensar que as opressões se entrecruzam e tem os seus mecanismos combinados, o que gera formas específicas de opressão. Tal compreensão dialoga com o pensamento de Kimberlé Crenshaw, intelectual que sistematizou pela primeira vez o termo interseccionalidade ao dizer que políticas públicas direcionadas às mulheres precisam compreender os eixos identitários que perpassam as mulheres negras.

Em “O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras”, bell hooks (2018) explana como que a desigualdade de classe afetou os direitos reprodutivos das mulheres, visto que as mulheres que possuíam poder de classe tinham o acesso aos abortos seguros, assim alcançaram o controle sobre o próprio corpo, no que se refere a questão da liberdade reprodutiva, e nem todas as mulheres a tinham.

bell hooks (2018, p. 89) aponta que o fato de mulheres brancas se omitirem acerca da imbricação da raça no gênero não corresponde ao fato de serem ignorantes. Desse modo, caso reconhecessem que a raça é uma questão crucial na experiência de mulheres, também quebrariam o próprio mito de universalidade das experiências femininas na sociedade e da capacidade de uma pauta única afetar positiva e significativamente a vida de mulheres negras.

A diversidade restrita, quando pensada mediante a colonialidade presente na nossa sociedade, impede a expansão do olhar acerca dos indivíduos que, por estarem em constante interação, têm suas vidas guiadas pela lógica excludente de um sistema que inferioriza e minam oportunidades, além de invisibilizar sujeitos e conformar olhares. Aliás, cada vez mais o feminismo deve ser pensado de forma plural, visto que não é composto por quatro simples ondas, mas sim “tsunamis” que enunciam a vasta experiência das mulheres.

Assim, as perspectivas não hegemônicas do feminismo investem ideologicamente para que suas vozes sejam escutadas e atendidas, a exemplo, o feminismo negro, o qual também pode ser visto no plural, como feminismos negros, os quais assumem posturas decoloniais e cujas miradas visam interseccionalizar nossas experiências, o de mulheres negras, que vai mais além do gênero.

O ponto de vista negro jamais poderia ser analisado sob o viés da branquitude. As experiências negras são somente negras. De fato, as mulheres negras, com suas vivências, não poderiam ser representadas por uma maioria branca privilegiada, até porque, o maior recurso colonial da eurocivilização consiste em priorizar o corpo, ignorar ferimentos que tendem a complexificar rapidamente, enquanto diagnosticam, às pressas, o problema “negro, “das lésbicas,” de “gênero,” dos “latino-americanos”. (AKOTIRENE, 2019, p. 19).

Então, ao considerarmos o corpo como uma questão relevante da representatividade, é possível notarmos nos meios midiáticos a pouca presença de pessoas negras, principalmente mulheres desse grupo racial. E isso persiste na maioria dos espaços de poder e, digamos, de “visibilidade” em nossa sociedade, como nas instâncias de poder governamental do Brasil, o que é incoerente com o fato de que somos um país composto por indivíduos de identidades raciais distintas, já que mais de 50% da população não é branca, conforme aponta o PNAD (2019).

Se o corpo é uma importante expressão de representatividade, falta, e muito, a representação de corpos negros em todos os níveis de participação no cenário político, seja municipal, estadual e federal. A ausência de tais corpos na construção da política nacional aponta a predominância racial do branco na esfera social do país. Quase não há mulheres negras assumindo papéis de liderança no lócus político. Entretanto, há um equivocado esforço dos partidos para lançarem candidaturas de tais mulheres durante as corridas eleitorais e cotas destinadas a essas pessoas são disponibilizadas nas campanhas, uma vez ou outra, há distribuição do Fundo Partidário Eleitoral, que contribui financeiramente para estas mulheres.

A invisibilidade das mulheres nos sistemas políticos é sempre debatida com veemência na sociedade, nos grupos feministas, em eventos voltados para esses fins. Já é de conhecimento da sociedade que é preciso maior mobilização da participação das mulheres na política. Todavia, e as mulheres negras? O que acontece com o corpo social, que impede a falta da representação destas mulheres, com suas marcas e vivências seja levado para o campo político? É um problema sim, a falta dessa representação nas casas legislativas.

A importância de se falar sobre a representação e da representatividade das mulheres negras será exposta nos próximos tópicos deste trabalho.

## 1.2 Mulheres e espaços institucionais da política: onde estão as mulheres negras?

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do IBGE (2019), 56,10% da população brasileira se autodeclara negra. Segundo dados obtidos por meio do site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas eleições de 2020, além do número de candidatos negros serem superior ao de brancos, houve um aumento significativo na disputa da presença de mulheres negras.

Em geral, as mulheres compreendem 52,5% do eleitorado brasileiro, porém correspondem 16% do total de candidatas eleitas e, desse demonstrativo, 6,3% são negras. Nesse sentido, observa-se que há uma sub-representação alarmante na política brasileira se considerarmos que o maior público votante são mulheres. Em Minas Gerais, apenas 1.238 mulheres foram eleitas no pleito de 2020, desse total, somente 78 eram negras e, desse subtotal, uma mulher negra foi eleita prefeita em uma cidade.

Pois bem, as mulheres são sub-representadas em boa parte dos estados brasileiros, o que é uma contradição, pois quando analisamos os dados demográficos, verificamos que a população é formada por mais da metade por mulheres, isto é, mais da metade do eleitorado brasileiro. Apesar de um frutuoso avanço na política nacional, com uma gradual ascensão de candidatas e, posteriormente, de eleitas, assim se perpetua um patriarcado capitalista e cisheteronormativo e, em sua grande maioria, racista que impede a presença efetiva das mulheres, sobretudo das negras.

A primeira mulher negra eleita a um cargo eletivo no Brasil foi Antonieta de Barros, em 1934. Dessa data em diante, notórias mulheres negras fizeram parte da política brasileira: Benedita da Silva, carioca, socióloga, primeira mulher negra a ser Senadora no Brasil, em 1994; Jurema Batista, carioca, auxiliou na fundação do Partido dos Trabalhadores no Rio de Janeiro, além de ter sido eleita três vezes para o cargo de vereadora e deputada estadual no RJ, ainda, esteve entre as mil mulheres indicadas ao Prêmio Nobel da Paz de 2005, bem como foi a fundadora da lei que garante 40% dos negros nas campanhas eleitorais da cidade do Rio de Janeiro; Leci Brandão, carioca, conhecida no cenário musical brasileiro, além de quebrar o preconceito e se tornar a primeira compositora da Escola de Samba Mangueira em 1970, foi deputada pelo estado de São Paulo no ano de 2010; Marielle Franco, carioca, socióloga, vereadora da cidade do Rio de Janeiro, foi eleita em 2016, dois anos depois foi assassinada.

Embora essas e outras mulheres estejam presentes nas esferas sociais do poder, é preciso buscar compreender por qual motivo existe uma sub-representação de tais mulheres nesses espaços. Ao analisarmos o momento político atual do Brasil e tomar como base as

eleições municipais de 2020, percebe-se a falta de representantes negras, por isso, é necessário refletirmos sobre essa invisibilidade. Logo, observa-se a continuidade da colonialidade na gestão pública brasileira.

Em uma breve análise da vivência de mulheres negras pelo Brasil, podemos perceber questões comuns em relação a esse grupo. Em sua grande maioria são mulheres periféricas, com a educação escolar, na maioria das vezes, não concluída, mães-solo, chefas de suas famílias e que precisam sair para trabalhar para sustentar seus lares, geralmente, beneficiárias de algum auxílio social. No que tange às mulheres negras, a realidade da maioria, quando comparada com a situação de mulheres brancas, além das problemáticas inerentes à desigualdade de gênero, é composta por outras peculiaridades, como já explicado na seção anterior.

A invisibilidade das mulheres negras dentro das casas legislativas faz com que seus problemas não sejam levados em consideração, e por consequência não são encontradas soluções para esses problemas que sequer foram abordados. Não é o silêncio diante das urnas que vai cessar as opressões. Esse silêncio perdurado só permite que mais mulheres negras continuem sendo vítimas das violências que a sociedade impõe sobre elas.

Por não serem nem brancas, nem homens, as mulheres negras ocupam uma posição muito difícil na sociedade supracitada branca. Nós representamos uma espécie de carência dupla, uma dupla alteridade, já que somos a antítese de ambos, branquitude e masculinidade. Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca a si mesma. (...) Mulheres brancas têm um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o “outro” do outro (KILOMBA *apud* RIBEIRO, 2016, p. 103).

Os motivos que geram à invisibilidade de mulheres negras na política devem ser investigados. Assis (2019) explana que “os feminismos negros, enquanto movimentos sociais, começam por questionar justamente a categoria mulher como uma unicidade. E fazem isso, principalmente, destacando a categoria raça para demonstrar as diferenças em ser lida como mulher negra em uma sociedade que, para além de ser sexista, é também racista.” (op.cit, p. 12).

Em *O feminismo é para todos: políticas arrebatadoras* (2018), bell hooks narra que “as mulheres eram tão socializadas para acreditar em pensamentos e valores sexistas quanto os homens” e “a diferença está apenas no fato de que os homens se beneficiaram mais do sexismo

do que as mulheres e, como consequência, era menos provável que eles quisessem abrir mão dos privilégios do patriarcado”. (hooks, 2018, p. 25).

É interessante analisar, neste tópico, também, como é definida a Política. No entendimento popular, a Política é constituída por partidos políticos, os quais possuem pessoas que se candidatam e são eleitos, ou não, em eleições municipais, estaduais/federais. Destaca-se que o campo da Comunicação Social provoca o pensamento da Política para além de sua dimensão institucional, o que possibilita compreender a própria existência coletiva como um ato político e constituído pela interação (comunicação). Para França (2000):

Coloca-se a necessidade de incluir no espectro da política mais que a esfera institucional do seu exercício". Já se legitimou o uso do conceito de política como sinónimo de Governo, Estado, atividade de especialistas (os políticos). Essa equivalência obscurece o vasto campo da convivência entre homens diferenciados e sua ação conjunta de moldagem do seu mundo. A política se refere ao âmbito dos homens atuantes, e seu ponto central é a preocupação com o mundo comum. (FRANÇA, 2000, p. 12).

O conceito *Política*, abordado em França (2000), propõe a ampliação do que é entendido pelo senso comum sobre o campo de estudo. Silva e Silva (2019) complementam que “ser ator da própria história é ser político” (2019, p. 44) e:

No campo da política, a esfera de ação, planejamento e concretização das agendas e dos desejos, ser representado é ser agente da própria história e da cidadania. É, em vez de apenas pleitear uma política voltada para si, também realizar a própria política.” (2019, p. 44).

Tanto em França (2000) quanto em Silva e Silva (2019), a noção da política como coletividade e cidadania fica evidente. Apesar do enaltecimento da Política como campo democrático e homogêneo, na prática, há incoerências. As intelectuais explanam que “a exclusão sistemática de alguns grupos expõe o caráter hierarquizado da democracia, mantendo-os numa condição de sub-representação e de marginalidade no debate público, na construção de normas e políticas públicas.” (2019, p. 44).

É importante destacar que a representação das mulheres negras nos espaços de tomadas decisivas de poder deve ser mais enfatizada. Htun *apud* Silva e Silva (2019) compreendem que:

Em relação à representação das mulheres negras em desvantagem interseccional, estas podem ter perspectivas únicas e enfrentar vulnerabilidades que não necessariamente são compartilhadas pelo grande grupo ao qual pertence. É possível afirmar que suas perspectivas podem variar devido a diferenças de classe, região, religião, e, também, por diferenças individuais. (SILVA&SILVA, 2019, p. 48).

Portanto, a Política, é construída o tempo todo e afeta todo e qualquer indivíduo. Apenas existe política onde se manifesta uma diferença entre um espaço no qual os homens se reconhecem mutuamente como cidadãos da vida social propriamente dita. Desse modo, pensando política através de um recorte analítico específico, no próximo tópico, trataremos do assunto, que será apresentado a partir dos estudos da Comunicação.

### **1.3 Mídia e Representação: As mulheres negras nas Eleições Municipais de 2020**

A participação das mulheres negras na Política faz-se necessária, já que, na disputa de poder, estão imbricados sentidos muito além do que um assento no legislativo ou executivo, são lutas e cotidianidades diferentes, os quais contribuem para que mais pessoas do mesmo grupo identitário se vejam representados e busquem ser representantes também.

Considerando que existe um sistema complexo de representações sociais nas dinâmicas identitárias e que ainda há disputas das relações de poder, com conflitos e tensões, além de grupos que estão nos extremos da visibilidade e da invisibilidade, Silva (2016, p.108) argumenta que:

A sociedade brasileira tem como identidade vigente a identidade normativa branca, eurocêntrica, o que faz com que as outras identidades sociais não enquadrantes sejam percebidas como identidades desviantes, possíveis de exclusão e do processo violento de invisibilidade. Essa identidade normativa branca é a régua utilizada como forma de nivelamento social, utilizada como regra para a restrição e métodos de supressão bastante eficaz. (SILVA, 2016, p. 108).

Tal citação escancara a superioridade forçada da identidade branca sobre as outras identidades no Brasil, um país que é intitulado como plural. Afinal, que pluralidade é essa do brasileiro? Silva (2016) denuncia que há ainda na contemporaneidade a negação de identidades opostas à normativa branca. Em outras palavras, nos espaços centrais da decisão política e pública, a figura dos negros, indígenas e tantas outras identidades devem seguir na hierarquia branca, como inferiores.

A subalternação das mulheres negras nos espaços públicos acarreta questionamentos, visto que estamos constituídos numa comunidade plural em identidades. A diversidade de representações nas formas relacionais de poder abrande e liberta a população negra que experienciou o processo de escravidão, da hierarquia eurocêntrica, da inferiorização de sua

cultura. Como afirma Lima e Silva (2019), ser representado, nesse sentido, é ser libertado dessa forma patológica de ser.

As mulheres negras são lidas de maneiras distintas e, na maioria das vezes, são construídas através de repetições estigmatizadas da sociedade. Entre a branquitude e a masculinidade, estão estas mulheres, que têm suas realidades não visibilizadas. Na vida cotidiana, as mulheres negras disputam nos espaços suas legitimidades. Ser reconhecido é existir numa sociedade fundamentada pelo ideal da supremacia branca. As identidades brancas ocupam o corpo social e não permitem que outros grupos participem das decisões, fazendo acreditar que apenas um grupo tem a possibilidade de ser e estar representado nas instâncias de poder.

Akotirene (2019), explana sobre a importante participação das mulheres negras na resistência silenciosa contra a ordem patriarcal. Para ela, sem dúvida, mulheres negras foram marinheiras das primeiras viagens transatlânticas, tráfegando identidades políticas reclamantes da diversidade, sem distinção entre naufrágio e sufrágio pela liberdade dos negros escravizados e contra opressões globais. (AKOTIRENE, 2019. p. 20). Para Akotirene (2019), o branco é visto como sistema político, proporcionando uma experiência imbricada de privilégios, impedindo a raça negra de sobrepujar a inscrição identitária, sob risco de mau uso da ferramenta interseccionalidade. (AKOTIRENE, 2019, p. 28).

Os estudos críticos interseccionais possibilitam a exploração das estruturas de opressão existentes, pretendendo romper com tais formas que aprisionam os corpos. Dentro desse contexto interseccional, podemos analisar os discursos que são produzidos por esses grupos e quais questões sociais estão imbricadas neles.

Nessa concepção da importância discursiva e de seu sentido nas estruturas sociais, a necessidade de se refletir sobre os lugares da fala de mulheres negras, em especial no cenário político, contestar o dilema da invisibilidade discursiva dessas mulheres, pode-se analisar a interferência midiática na propagação dos discursos dessa categoria oprimida pela supremacia identitária eurocêntrica. Nos veículos de comunicação os corpos negros são apresentados de diversas maneiras. Nas telenovelas, no geral, as mulheres negras são representadas como garotas de programa, empregadas domésticas, babás, cozinheiras, garçonetes, dentre outras sub-representações. O lugar de destaque nestes espaços é em sua maioria das mulheres menos retintas ou brancas.

Nesse sentido, é relevante destacar neste tópico que, tanto nos espaços midiáticos quanto nos políticos, quando se interseccionam raça, gênero e classe, ainda sobrevém a predileção por corpos padronizados pelo sistema. Portanto, como bem coloca Assis (2019):

Garantir espaço para que grupos que nunca antes tiveram oportunidade de falar sejam ouvidos é um dos maiores achados da perspectiva do lugar de fala. A ampliação desses lugares para falar e ser ouvido significa, entre outras coisas, a transformação do curso da história já que uma narrativa contada pelos “vencedores” não representa a mesma história vivida por aqueles que foram “vencidos”. (ASSIS, 2019, p. 43).

É preciso salientar que, o Jornalismo “é a informação dos fatos correntes, devidamente interpretados e transmitidos periodicamente à sociedade, com o objetivo de difundir conhecimentos (BELTRÃO, 2006, p. 31). O Jornalismo tem a missão de transmitir a informação, contribuindo para formação de opinião positiva e/ou negativa de consumidores dos produtos. O Jornalista, mais do que disseminar a notícia, deve buscar compreender “os fenômenos sociais para então entender a ação humana” (LA MARCA, 2020, p. 30).

Com a ascensão das redes sociais, a corrida eleitoral de 2020, foi difundida e compreendida nos mais diversos lugares do Brasil. São diversos os meios de comunicação existentes, nas corridas eleitorais. Ao longo das corridas eleitorais, é notório que a televisão, tem uma representação muito grande, principalmente, canais de grande relevância, como a TV Globo. Avelar (1992) acredita que, no Brasil, “os esforços sistemáticos de pesquisa produziram estudos relevantes no campo eleitoral, particularmente nos aspectos dos determinantes sociais do voto. No entanto, pouco se tem explorado o papel dos meios de comunicação de massa nos diferentes tipos de eleição, assim como nenhuma atenção tem sido dada à relação entre a televisão e as campanhas eleitorais.” (AVELAR, 1992, p. 43).

Nos últimos anos, dentro dos processos de veiculação de informações durante as corridas eleitorais, o cuidado com a geração de notícias é também assunto a ser debatido na ciência da comunicação. Isto posto, é necessário dar ênfase à crescente desinformação no cenário político, que negativamente, pode ofuscar e prejudicar o andamento sadio das campanhas.

Seguindo o conceito da importância dos meios de comunicação para as intenções de voto, Ferreira&Neto (2021), do mesmo modo que Albuquerque&Dias (2002) e Avelar (1992), corroboram que os veículos comunicacionais são relevantes para o processo eleitoral. Afirmam que “o cenário político atual, que ao decorrer dos anos está se formando com base em uma estrutura alternativa de acesso por meio das redes e mídias sociais, está cada vez mais alinhado com as discussões sobre o impacto da comunicação na decisão do voto.” (FERREIRA&NETO, 2021, p. 3). Os meios de comunicação social interferem de maneira significativa nas relações

dos indivíduos. Para Castells (1999), a informação é uma parte integral de toda atividade humana. Todos os processos de nossa existência individual e coletiva são diretamente moldados”. (CASTELLS, 1999, p. 108).

A nova moldagem dos meios informacionais, assim como foi visto em Castells (1999) e em Ferreira&Neto (2021), é percebida em Viana&Carrera (2019). As intelectuais explanam que “a nova reconfiguração que vem sendo desenvolvida por meio dessas discussões nos mostra como questões de raça, gênero e classe se expandem como críticas à estrutura e modos de apropriar-se do poder sobre sua própria existência.” (VIANA&CARRERA, 2019, p. 709). Através do sentido de remodelamento informacional, pode-se perceber um acanhado aparecimento das figuras femininas negras, mas ainda assim, não é o suficiente. Ainda de acordo com Viana&Carrera (2019), “a ligação direta entre a mídia e uma sociedade patriarcal supremacista branca faz com que as representações negativas de imagens dos sujeitos negros sejam naturalizadas e perpetuadas no imaginário social, mantendo “a opressão, a exploração e a dominação de todas as pessoas negras em diversos aspectos” (VIANA&CARRERA, 2019, p. 709).

Como parte fundamental desta pesquisa é identificar e analisar a forma como processos discursivos de naturalização silenciam e desqualificam as mulheres negras no âmbito da Política e considerando as coberturas jornalísticas durante o período eleitoral de 2020 nos municípios brasileiros, pretendemos no tópico a seguir, contextualizar a escolha de *G1* e *Universa* para esta monografia.

### **1.3.1: O Portal G1**

Fundado em 2006, o portal de notícias G1, é um dos contextos de conteúdo analisado nesta monografia. Com o avanço das tecnologias, a veiculação de notícias diárias é afetada, exigindo agilidade na produção jornalística.

Os princípios editoriais compartilhados pelo Grupo Globo, ao qual o portal pertence, evidenciam que agilidade, correção e isenção, são qualidades necessárias para o trabalho jornalístico<sup>3</sup>. G1 foi escolhido considerando: diversidade de público e notícias, audiência e abrangência.

---

<sup>3</sup> Os Princípios editoriais das Organizações Globo, traz o que é imprescindível ao exercício, com integridade, da prática jornalística. (PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO, 2011, disponível em

FIGURA 01: Home do portal G1



Fonte: Printscreen G1

- Diversidade de público: La Marca (2020), sinaliza que: “O público do G1 são as classes A, B e C, que juntas compõem 97% da audiência. Dentro desse perfil, os seus principais leitores têm a faixa etária de 15-44 anos, que somam 80 por cento. Do seu total de consumidores, 51 por cento são do sexo feminino e 49% do sexo masculino”. (LA MARCA, 2020, p. 40).
- Audiência e abrangência: De acordo com La Marca (2020), no ano de 2020, “o número de páginas acessadas por mês no portal G1 chega a 510,4 milhões. Isso contando com o acesso único de 52 milhões de leitores que gastam em média dois minutos online no site”. (LA MARCA, 2020, p. 40).

### 1.3.2: A plataforma Universa

Fundada em março de 2018, *Universa*, é uma plataforma específica de conteúdo feminino. A plataforma pertence ao UOL, maior empresa de conteúdo, tecnologia e meios de pagamentos digitais do Brasil.

A plataforma, sugere que a mulher contemporânea não se enxerga somente nos conteúdos de massa ditos femininos, que tradicionalmente se restringem a temas como moda, beleza, maternidade e casamento. A proposta editorial da plataforma é inovação e

---

<http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html>, acesso em 05 de nov .de 2021).

questionamentos dos antigos padrões<sup>4</sup>. Universa foi escolhida considerando: especificidade de público, as mulheres.

FIGURA 02: Home plataforma Universa



Fonte: Printscreen *Universa*

<sup>4</sup> “O principal cuidado na construção do projeto editorial foi o de conciliar uma proposta que ao mesmo tempo rompesse com os clichês de gênero e também fosse capaz de conversar com todas as mulheres: o UOL tem uma audiência que alcança 44 milhões de mulheres por mês, entre 18 e 54 anos.” (UOL PARA MARCAS. Disponível em: <https://blog.publicidade.uol.com.br/branding/universa-nasce-como-plataforma-de-referencia-para-a-mulher-contemporanea/>. Acesso em 05 de nov. de 2021)

## **CAPÍTULO 2: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Após a escolha do objeto, passamos à apresentação da metodologia e à sistematização do *corpus*. Neste capítulo, será abordada a Análise de Conteúdo dentro das reportagens e as categorias interseccionalidade, colonialidade e feminismo negro.

Compreender como é a publicização e a representação dos discursos de candidatas negras nas Eleições 2020, nos veículos de comunicação, em especial, portais de notícia, é o intuito desta pesquisa. LA MARCA (2020), explana que a Análise do Conteúdo “é feita através de três passos, a pré-análise, a exploração do material e o tratamento de seus resultados e sua interpretação” (BARDIN *apud* LA MARCA, 2020, p. 49).

Nesta pesquisa, trataremos somente da pré-análise das reportagens veiculadas por G1 e Universa. No primeiro momento deste capítulo, apresentaremos o porquê de a escolha da Análise do Conteúdo ter sido escolhida como metodologia. Também serão explicados nesta seção como ocorreu a seleção das reportagens e como foi feita a busca do material.

### **2.1 Análise do Conteúdo**

A Análise do Conteúdo, de acordo com BARDIN (1977), foi desenvolvida nos Estados Unidos. O principal objetivo deste segmento é estudar as mensagens contidas no conteúdo. Neste trabalho, o conteúdo analisado, são as reportagens: *Mulheres Negras na Política: verba vai primeiro para loiras do olho azul*, veiculada por Universa em 21 de julho de 2020 e, *Jovem negra eleita prefeita de Bauru sofre ataques racistas às vésperas da Eleição: “Cara de favelada”*, veiculada em 30 de novembro de 2020, pelo G1.

La Marca (2020), explana que “qualquer material que contém um discurso, verbal ou não verbal, como reportagens escritas, filmadas, fotos ou filmes, pode ser estudada pela Análise do Conteúdo. (LA MARCA, 2020, p. 48).

### **2.2 Sistematização do *corpus* e critérios para a análise**

Para analisar o *corpus* desta monografia, foram utilizados os indicadores de interseccionalidade, colonialidade e feminismo negro. O emprego destes indicadores permite que descortinemos os olhares habituais de como são construídas as reportagens cotidianas e especiais, e como tendem a refletir os modos de viver na a sociedade.

Em *interseccionalidade*, procurou-se analisar como as reportagens apresentam/descrevem as mulheres negras. As dimensões de raça e gênero foram pautadas com reincidências tanto na reportagem 01, de *Universa*, como na reportagem 02, de G1.

Em *colonialidade*, procurou-se reunir elementos das reportagens que comprovassem a continuidade dos padrões de colonização: o branco sobreposto ao negro. Pode-se argumentar, portanto, que essas reportagens dizem respeito ao racismo estrutural, o que impede a ampliação do olhar em relação às mulheres negras, excluídas dos processos sociais.

Em *feminismo negro*, foram agrupados elementos da reportagem que examinassem “os feminismos negros, enquanto movimentos sociais” (ASSIS, 2019, p. 12) e “questionar a categoria mulher como unicidade” (ASSIS, 2019, p. 12) e destacar “a categoria raça para demonstrar as diferenças em ser lida como mulher negra em uma sociedade que, para além de ser sexista, é também racista.” (ASSIS, 2019, p.12).

Após a escolha dos indicadores para a análise, realizadas buscas por reportagens que se adequasse ao propósito desta monografia.

No primeiro momento, foram selecionadas 73 reportagens, considerando em especial a invisibilidade das mulheres negras na política. Considerando o tempo de veiculação das reportagens, sendo a primeira divulgada em 21 de julho de 2020, e a segunda veiculada em 30 de novembro de 2020, na primeira etapa, obtivemos o retorno de 21 reportagens sobre a participação de mulheres negras, mas nenhuma trazia considerações sobre a falta de investimento financeiro na candidatura de mulheres negras, apontado pela pré-candidata Cidinha Raiz (PODEMOS), em julho de 2020. Outras 24 estavam voltadas para a prática de racismo contra a Prefeita de Bauru, Suéllen Rosim (PATRIOTA) no segundo turno das Eleições Municipais. Todavia, vale ressaltar que ao longo da busca, foi percebido que poucas mídias tradicionais visibilizou a questão da representação política das mulheres negras, sites como *Alma Preta*, *Catraca Live* e *Agenda Marielle*, trouxeram pautas sobre a participação de mulheres negras no cenário político e, no segundo estudo, a repercussão da violência política e racial sofrida pela prefeita, foi escancarada, especialmente nos veículos de grande circulação virtual, como o *G1*, *Folha de São Paulo* e *Jovem Pan*.

Em seguida, considerando os marcadores sociais, buscamos por “mulheres negras eleitas em 2020”, especificando o tempo de veiculação de 21/07/2020 a 30/11/2020, com isso, obtivemos um total de 34 textos. Do total, pode-se estimar que quase todas as publicações, retratam as violências sofridas pelas mulheres negras enquanto candidatas e eleitas e quase não tem foco no que as candidatas propõem, ou no discurso.

A reportagem “*Mulheres negras na política: Verba vai primeiro para loiras do olho azul*”, estimulou-nos a investigar a falta de apoio financeiro a mulheres negras em campanhas eleitorais. Em setembro de 2020, pesquisando sobre a participação de mulheres negras na política, procuramos pelos termos “*Violência contra mulheres negras na política*”, “*Participação de mulheres negras na política*”, “*Percentual de mulheres negras que se candidataram e venceram as eleições municipais*”.

Todavia, o resultado das buscas sempre trazia dados não tão aprofundados sobre a participação das mulheres negras no último pleito eleitoral e em sua maioria eram reportagens veiculadas em mídias alternativas. Dadas as considerações, optamos por construir uma amostra discursiva com reportagens publicizadas em sites de duas empresas midiática, *UOL* e *Globo*. Percebemos que no período analisado, as Eleições Municipais de 2020, o a plataforma *Universa*, publicizou em diversos momentos discursos de mulheres negras que estavam concorrendo aos cargos de vereanças, prefeituras e vice-prefeituras. Por outro lado, no *GI*, quase não houve espaço para o debate de representatividade.

Assim, percebe-se, neste trabalho, que o racismo e o patriarcado, na política, intensificam a violência contra as mulheres negras. As reportagens, veiculadas em momentos diferentes da campanha eleitoral, elucidam a constância racista presente no Brasil.

### CAPÍTULO 3: A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020 EM REPORTAGENS PUBLICADAS NO G1 E UNIVERSA

Este capítulo destina-se à análise de duas reportagens referentes às eleições municipais publicadas no portal *G1* e na plataforma *Universa*, no ano de 2020. Também serão apresentados os resultados encontrados a partir da leitura e da interpretação das reportagens de *G1* e *Universa*.

Seguindo a ordem cronológica, analisaremos a reportagem “*Mulheres Negras na política: verba vai primeiro para loiras do olho azul*”, de *Universa*, veiculada em 21 de julho de 2020 e, posteriormente, iremos analisar o material referente à reportagem do *G1*: “*Jovem negra eleita prefeita de Bauru sofre ataques racistas às vésperas das Eleições: ‘Cara de favelada’*”, veiculada em 30 de novembro de 2020.

#### 3.1. Análise da reportagem publicada na plataforma *Universa*

FIGURA 03: Mulheres negras na política: “Verba vai primeiro para loiras de olho azul”



FONTE: UNIVERSA

O texto foi veiculado pela plataforma *Universa* no dia 21 de julho do ano de 2020, e trata do enfrentamento de mulheres negras contra o favorecimento econômico durante a

distribuição de verbas para campanha eleitoral, fazendo relação à representatividade como fator relevante nas candidaturas.

Ao longo do texto da reportagem, foi notado que os intertítulos retomam a narrativa principal do texto. As fontes utilizadas na composição da reportagem são candidatas de diferentes cidades brasileiras e desconhecidas do cenário político. Vale ressaltar que geralmente importa aos veículos de comunicação dar publicidade a políticos já conhecidos pelos eleitores, quer pelos trabalhos executados, quer por polêmicas.

No texto de *Universa*, embora seja retratada a representatividade das mulheres negras na política, além da denúncia da falta de investimento financeiro dos partidos, observa-se que as dimensões de gênero e raça afetam as vivências de tais mulheres:

Depois, quando dividem os 30% das mulheres, a maior quantia vai para as loiras de olhos azuis, para as que são consideradas bonitas, porque, com dinheiro, elas vão ter mais tempo de aparecer na televisão e mais atenção dos eleitores, na lógica do partido. Aí passam para as candidatas que têm mais chances e, por último, para as mulheres negras (UNIVERSA).

Crenshaw (2002) aponta que a interseccionalidade:

É uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW *apud* ASSIS, 2019, p.20).

Akotirene (2019), em conformidade com Crenshaw (2002), aponta que “a interseccionalidade nos mostra mulheres negras posicionadas em avenidas longe da cisgeneridade branca heteropatriarcal.” (AKOTIRENE, 2019, p. 20) e:

A interseccionalidade permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem. (AKOTIRENE, 2019, P. 24).

No decorrer da estruturação social, as mulheres negras não estão no mesmo patamar que mulheres brancas, e as consequências da subordinação podem ser enxergadas (veladas) no desemprego ou na falta de escolaridade de muitas mulheres negras em nossa sociedade.

Na introdução da reportagem, *Universa* traz dados matemáticos para afirmar que: “mulheres negras não chegam a 1% nas Assembleias Legislativas + não chegam a 5% das câmaras de vereadores + 3% ocupam cargos máximos nos executivos municipais” (UNIVERSA 2020). Na pontuação da plataforma, a sistematização, certamente, propõe escandalizar que o número de mulheres negras participantes da Política, é mínimo, todavia, como cita Akotirene (2019):

Em vez de somar identidades, analisasse quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas. (AKOTIRENE, 2019, p. 27).

A plataforma *Universa* apresenta materiais sobre questões de gênero e raça desde junho de 2020, período próximo à eclosão dos protestos nas ruas do mundo pelo *Black Lives Matter*<sup>5</sup>. *Universa*, publicizou, desde então, 116 reportagens, 110 retratando as experiências de pessoas negras e outras 06, caracterizadas por experiências de pessoas brancas atreladas às dimensões de raça e gênero.

Em linhas gerais, a proposta de *Universa* em explanar as cotidianidades das mulheres negras corrobora para questões sociais e negras. Devido às circunstâncias, a plataforma, assim como tantos outros veículos de comunicação, precisou reverberar suas abordagens, expandindo seu olhar para pautas que também têm a importância de serem publicizadas. Entretanto, ainda que não seja o foco de análise, vale considerar que as reportagens do editorial ‘*Vidas Negras*’, são produzidas por jornalistas brancas. Dessa forma, além da desigualdade racial e econômica denunciadas pelas mulheres negras na reportagem, pelo viés interseccional, percebe-se que o racismo transcende as estruturas, como é comprovado pelo excerto de Akotirene (2019):

Trata-se de experiência racializada, de modo a requerer sairmos das caixinhas particulares que obstaculizam as lutas de modo global e vão servir às diretrizes heterogêneas do Ocidente, dando lugar à solidão política da mulher negra, pois que são grupos marcados pela sobreposição dinâmica identitária. (AKOTIRENE, 2019, p. 29).

---

<sup>5</sup> Movimento intensificado após o estrangulamento do afro-americano George Perry Floyd Jr., em 25 de maio de 2020. George foi estrangulado por um policial branco que ajoelhou em seu pescoço, durante abordagem por suposto crime de falsificação de nota de vinte dólares em um supermercado em Minneapolis, Minnesota, EUA.

Embora haja a ausência da perspectiva interseccional, na mesma reportagem, a “articulação do racismo – sexismo” (AKOTIRENE 2019, p.32) está presente. Quando é denunciado pela candidata a vereadora na cidade de São Paulo pelo PODEMOS, Cidinha Raiz, que:

Depois quando dividem os 30% das mulheres, a maior quantia vai para as loiras de olhos azuis, para as que são consideradas mulheres bonitas, porque, com dinheiro, elas vão ter mais tempo para aparecer na televisão e mais atenção dos eleitores, na lógica do partido. Aí, passam para as candidatas que têm mais chance e, por último, para as mulheres negras. (UNIVERSA).

Tal afirmação no corpo da reportagem orienta que a seletividade racial para a divisão das verbas eleitorais representa uma tentativa forçada do patriarcalismo branco de padronizar as cadeiras nas assembleias, sobretudo em cidades como São Paulo (grandes centros econômicos, políticos e culturais). Espera-se que quanto menos forem apresentadas/publicizadas as mulheres negras nos veículos de comunicação, mais sub-representadas e silenciadas seguem sendo as mulheres de cor.

Na reportagem, são apresentadas algumas barreiras sociais que impedem as mulheres negras de protagonizar os espaços políticos, “mães solo, sem uma família que as apoie” (UNIVERSA, 2020). Crenshaw, analisa que “o cruzamento do racismo e sexismo geram vulnerabilidades e ausência de seguridade social para mulheres negras” (CRENSHAW *apud* AKOTIRENE, 2019, p.37), o que é confirmado na afirmação da pré-candidata à prefeitura de Belo Horizonte, e até então deputada federal, Áurea Carolina (PSOL-MG) que diz:

Na primeira vez que me candidatei, saí do meu emprego meses antes da eleição, tive que receber de algum lugar. Não é nem sobre falta de preparo, mas de condições reais. A candidatura em si é um sacrifício muito grande. Você precisa abrir mão de tudo para fazer uma campanha de qualidade. (UNIVERSA, 2020).

Posto isto, após descrever os fatos descritos na reportagem através da interseccionalidade, percebe-se a marginalização estrutural das mulheres negras no contexto de sociedade. As barreiras impostas às mulheres negras promovem a sua exclusão na participação política e evidenciam o boicote estrutural sofrido por elas. Na conjuntura social, o espaço para as mulheres de cor é limitado.

Ao examinar o texto “*Mulheres negras na política: verba vai primeiro para loiras de olho azul*”, nota-se que, além dos traços interseccionais, a *colonialidade*, é outro aspecto a ser verificado.

Na reflexão da pré-candidata a vereadora da cidade de São Paulo pelo PODEMOS, Cidinha Raiz, *“Dinheiro do partido vai para mulheres bonitas”* (UNIVERSA), é evidenciado o prosseguimento dos padrões coloniais que priorizam a raça branca e subalterniza as outras raças. A colonialidade presente na política, impede a expansão do olhar acerca das mulheres negras que são excluídas dos processos do sistema, anulando oportunidades. Ademais, constata-se que o cenário político patriarcal, racista e sexista, se modelou sobre a ausência das mulheres de cor, conseqüentemente, tornando-se “quase” inacessível: *“Aí, passam para as candidatas que têm mais chance e, por último, para mulheres negras”* (UNIVERSA).

No trecho citado pela pré-candidata à vereadora pelo PDT (Partido Democrático Brasileiro), Letícia Gabriella, *“É importante buscar caminhos efetivos para resolver obstáculos, criar projetos e levar essas discussões de raça e gênero para dentro do partido”* e *“Se uma de nós for eleita, todas vão aplaudir”*, o feminismo negro pode ser constatado. O feminismo negro destaca as especificidades das mulheres negras e o centro do debate são as suas vivências que repetidas vezes são invisibilizadas na sociedade e até mesmo por pautas feministas que “fazem com que essa mulher não tenha seus problemas sequer nomeados” (RIBEIRO, 2016, p. 101).

### 3.2 Análise da Reportagem publicada em G1

FIGURA 04: Jovem negra eleita prefeita de Bauru sofre ataques racistas às vésperas da eleição: ‘Cara de favelada’



FONTE: G1

A reportagem foi veiculada em 30 de novembro de 2020, pelo portal G1 (cobertura de reportagens das cidades Bauru e Marília-SP). O texto decorrente trata do crime de racismo sofrido pela prefeita eleita da cidade de Bauru, Suéllen Rosim (PATRIOTA), às vésperas da eleição.

O título ilustra o racismo e evidencia a marginalização atribuída ao corpo negro. O subtítulo aponta medidas jurídicas executadas e advertência da prefeita “não vou me calar”. Na primeira parte da reportagem, também é trazido o nome da gestora municipal e a mídia social utilizada pelos agressores, o aplicativo de mensagens *WhatsApp*.

Para Ferreira&Neto, as mídias sociais têm papel fundamental na disseminação de opinião e decisão de voto:

O cenário político atual, que ao decorrer dos anos está se formando com base em uma estrutura alternativa de acesso por meio das redes e mídias sociais, está cada vez mais alinhado com as discussões sobre o impacto da comunicação na decisão do voto. (FERREIRA&NETO, 2021, p. 3).

O ano de 2020, com a pandemia da Covid-19 (coronavírus), causada pelo vírus SARS-CoV 2, trouxe alterações para o cotidiano e também para o cenário eleitoral. Os candidatos aos cargos do legislativo e executivo, tiveram como única opção de campanha, a internet, sobretudo redes sociais. Contudo, houve o aumento de violência contra os candidatos.

Na reportagem analisada, a desigualdade racial e o silenciamento contra uma mulher negra, são reforçados, e sua aparência é usada como possível justificativa para o crime. Akotirene (2019) aponta que utilizar-se o corpo como escolha, é “o maior recurso colonial da eurocivilização, que ignora ferimentos que tendem a complexificar rapidamente, enquanto diagnosticam, às pressas, o problema “negro”, das “lésbicas”, de “gênero”, dos “latino-americanos”. (AKOTIRENE, 2019, p.17).

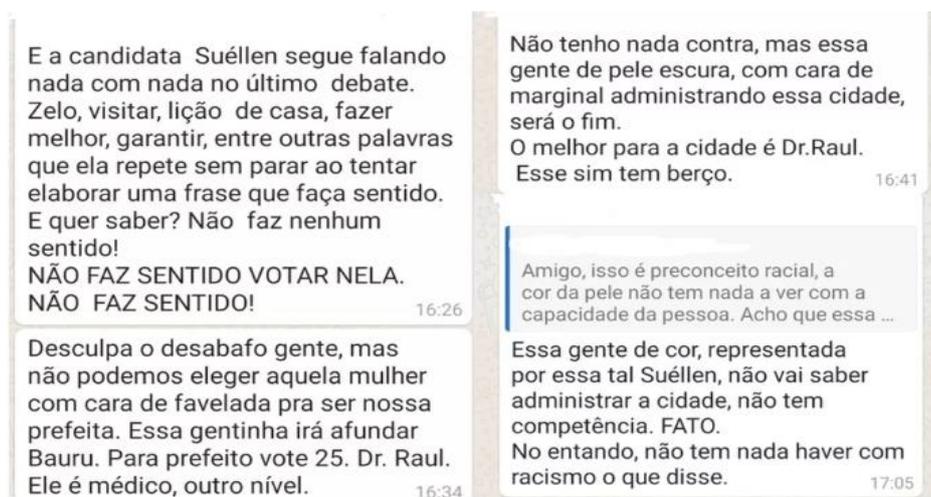
FIGURA 05: Jovem negra eleita prefeita de Bauru sofre ataques racistas às vésperas das eleições: ‘Cara de favelada’



Fonte: *G1*

A narrativa de G1 é breve e enxuta. A informação apresentada pelo portal é sucinta e cumpre o que é proposto pelo Manual da Folha de São Paulo (1996), sobre a função da reportagem, na qual o jornalista “que tenha estado o local em que o fato aconteceu ou tenha apurado as informações relativas a ele.” (Manual da Folha de São Paulo, 1996, p. 42).

Figura 06: Utilização de imagens comprovando a prática racista



Mensagens com conteúdo racistas contra a prefeita eleita de Bauru foram divulgadas no Whats App — Foto: Whats App/ Reprodução

FONTE: G1

Através da perspectiva interseccional, no *print* do WhatsApp, nota-se que as dimensões de raça e gênero compõem a problemática da negação da presença de uma mulher negra, disputando o cargo máximo de um município, com um homem branco. Akotirene (2019) conceitua que a interseccionalidade “nos mostra como e quando mulheres negras são discriminadas e estão mais vezes posicionadas em avenidas identitárias” (AKOTIRENE, 2019, p. 37). “*Cara de favelada*”, “*gatinha*”, “*gente de cor*”, são alguns adjetivos pejorativos utilizados ao referir-se à prefeita.

No decorrer da reportagem, é informado que o caso já está sendo investigado pela polícia e que o conteúdo das mensagens é de cunho racista. Na primeira citação de mensagem veiculada em grupo de WhatsApp, o agressor infantiliza a candidata negra:

E a candidata Suéllen segue falando nada com nada no último debate. Zelo, visitar, lição de casa, fazer melhor, garantir, entre outras palavras que ela repete sem parar ao tentar elaborar uma frase que faça sentido. E quer saber? Não faz nenhum sentido! Não faz sentido votar nela. Não faz sentido (G1).

Esse tipo de argumento reflete como boa parte da sociedade, não somente este morador de Bauru, enxergam a participação das mulheres negras na política. A tentativa de inferiorizar o discurso apresentado de Suéllen Rosim sugere, em Akotirene (2019), que seja “opressão colonialista, que sobrevive graças às engrenagens do racismo cisheteropatriarcal capitalista” (AKOTIRENE, 2019, p. 28).

Isto posto, é adequado reflexionar sobre a colonialidade no cenário político minando oportunidades e excluindo as mulheres negras. Apesar disso, algo a se ressaltar na reportagem

de *G1* é a abordagem da prefeita sobre o silenciamento de mulheres negras em situações de racismo:

Vivenciar algo assim a gente fica muito chateada, mas eu quero que sirva de lição, a gente não pode deixar esse tipo de situação passar, a gente não pode achar que isso é comum, simples e isso é aceitável. Nós estamos em um tempo que isso não é mais permitido, faço isso por mim e por tantas outras pessoas que enfrentam esse tipo de situação. [...] Eu represento muitas mulheres, muitas negras que buscaram o seu espaço ao longo desse trajeto, não só na política, mas em todas as áreas. Então eu quero deixar essa mensagem de respeito e de representatividade. E com isso eu já começo o governo deixando essa mensagem diante do que eu me senti ofendida, mas que isso não vai me calar, não vai me deixar invisível” (G1).

Através da contextualização da perspectiva interseccional, pode-se analisar os discursos que são produzidos por esses grupos e quais questões sociais estão imbricadas neles. A propagação do discurso de Suéllen Rosim, de resistência à opressão política e discriminação racial, certamente, promoveu algum sentido em outras mulheres, sobretudo as negras, que foram contestadas e afetadas pelo patriarcado.

É preciso descolonizar as preferências dentro destes contextos, pensar no impacto da invisibilidade de grupos identitários os quais são marcados pela imposição do silêncio do domínio branco das relações, interpretando os discursos produzidos de forma a construir visões diferentes sobre as opressões, sem distinguir os grupos e resignificar a existência das diferenças e incluir mais vozes, alargar os olhares sobre os invisíveis e produzir mudança discursiva em relação à mudança social e cultural.

## CAPÍTULO 4: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi desenvolvido a partir da problemática da invisibilidade das mulheres negras no cenário político nacional. Nesse sentido, o objetivo geral foi identificar e analisar a forma como processos discursivos de naturalização silenciam e desqualificam as mulheres negras no âmbito da Política. É evidente que por diversas vezes, nas instâncias sociais, a presença da mulher negra é desprezada. Portanto, o trabalho, além de colaborar para a detecção das lacunas da desigualdade social, nas encruzilhadas identitárias, possibilitou um olhar sobre o "esquecimento" da sociedade com relação às mulheres negras. Constatou-se ainda que, a discriminação sofrida por essas mulheres e a sub-representação está sim ligada à estrutura social.

Fez-se necessário buscar princípios teóricos para explicar como os marcadores sociais afetam as vivências das mulheres negras. A partir de bell hooks (2018), Akotirene (2019), Carvalho&Costa (2020), Ribeiro (2018), Assis (2019), França (2000), Silva&Silva (2019), Silva (2016), Lima e Silva (2019), Crenshaw (2002), Ribeiro (2016), Avelar (1992), Albuquerque&Dias (2002), Ferreira&Neto (2021), Castells (1999), Pinheiro&Brito (2014), Viana&Carrera (2019), Silva (2007), discutiu-se os processos de interseccionalidade e feminismos, gênero, raça e outras dimensões dos sujeitos, as mulheres e espaços institucionais da política buscando estabelecer onde estão as mulheres negras e como a mulher negra é representada nos veículos de comunicação.

A partir da perspectiva interseccional, nota-se após a análise das reportagens, a tentativa da sociedade em universalizar as mulheres, excluindo aspectos particulares de suas vivências. Entendendo-se como o feminismo negro é constituído, vimos que ele não é concentrado apenas na "luta meramente identitária" (RIBEIRO, 2018, p. 6).

Considerando os marcadores sociais listados no capítulo 03 que tratou da representação da mulher negra nas Eleições Municipais de 2020 em reportagens publicadas no G1 e *Universa*, e as categorias analisadas através das perspectivas interseccional, da colonialidade e do feminismo negro, e o objetivo do trabalho de sinalizar a ausência destas mulheres no cenário político brasileiro, conclui-se que as dimensões sociais de raça e gênero estão presentes nas duas reportagens, naturalizados, para justificar tanto a falta de financiamento eleitoral (reportagem 01), quanto aos ataques em redes sociais (reportagem 02), percebe-se também uma tentativa de sabotar a presença das mulheres negras, desqualificando-as e infantilizando seus discursos.

Os corpos femininos são enclausurados nas masmorras do machismo, do sexismo, do racismo e de outras tantas opressões. As corporeidades, em geral, não são compostas por um único eixo identitário, e sim por vários, que podem ser eixos de privilégios ou subordinação, logo, as interações sociais envolvem sistemas de opressão cujos mecanismos se somam, o que gera opressões específicas para os diferentes corpos que existem, especificamente no que tange às mulheres.

Neste estudo, a partir das reportagens exploradas, compreendeu-se que os discursos constroem significação para quem recebe/lê. Silva (2007), orienta que os processos comunicacionais têm sido estudados a partir da análise de seus discursos e que "a mídia é uma das principais esferas sociais pelas quais as ideologias são veiculadas, o que significa a propagação e a construção de um mundo atrelado a uma lógica de quem a rege". (SILVA, 2007, p. 12).

A plataforma *Universa*, surgiu com o intuito de ser referência de jornalismo e conteúdo para mulheres, no editorial *Vidas Negras*, as experiências de mulheres negras são apresentadas e estereótipos, são quebrados. *G1*, portal conhecido por sua dinamicidade de conteúdo, tem o intuito de informar, pautados nas características do jornalismo como por exemplo, o padrão na apuração, rigor não como exagero, mas obrigação, (PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO) objetivo e criticidade. Verificou-se que, apesar das diferenças editoriais e de público-alvo, as reportagens não têm muita diferença entre si.

Através desta análise do conteúdo, compreendemos que embora as mídias estejam atentas às transformações sociais (como o exemplo citado do bom uso de uma editoria especial para falar de questões cotidianas e negras, como o *Vidas Negras* de *Universa*), dentre tantas outras intervenções jornalísticas em prol do fortalecimento dos movimentos negros, os veículos comunicacionais, a ressignificação dos estereótipos, sobretudo de raça e gênero, continua sendo um problema central das discussões jornalísticas quando o assunto é retratar as mulheres negras. A falta de diversidade dentro das redações jornalísticas, o baixo número de jornalistas negros e negras (possibilidade de nas duas reportagens não terem sido investigadas pelo olhar de pessoas com marcadores sociais parecidos) é um fator preocupante.

Contudo, através das experiências relatadas nas reportagens, as mulheres negras avançam para participação nos espaços decisivos de poder.

Os resultados apresentados neste trabalho permitem que elucidemos a realidade preocupante da sub-representação política. É preciso que não somente dentro da dinâmica acadêmica, mas na dinâmica social. É preciso descolonizar as dominações existentes, de

gênero, de raça, de classe social e etnia. Enquanto comunicadores sociais, mais que apresentarmos as problemáticas de exclusão, é utilizar-se do campo comunicacional para reivindicar a equidade e combater as violências sociais cometidas contra as mulheres negras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE A. de, & DIAS, M. R., **Propaganda política e a construção da imagem partidária no Brasil**. Civitas, Porto Alegre, v.2, n.2, p. 309-326, 2002.

ANDRADE, S. PEREIRA, F. **A mídia alternativa dos coletivos de comunicação**. Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e Cultura, v. 22, n. 2, p. 6-22, 2020.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro, 2019.

ASSIS, Dayane N. **Conceição de Interseccionalidades**. Salvador UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

AVELAR, Lúcia. **As eleições na era da televisão**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, 1992.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa edições, 70, 225. 1977.

BATINI, S. OLIVEIRA, N. M. C. **Desinformação e Eleições 2020: Caminhos possíveis**. Revista Justiça Eleitoral em Debate. Rio de Janeiro, 2020.

BELTRÃO, Luiz. **Teoria e prática do Jornalismo**. Adamantina: FAI/ Cátedra UNESCO Metodista de Comunicação para o Desenvolvimento Regional/ Edições Omnia, 2006

CANEPA, Lana Karine Prieto. **Análise de conteúdo sobre a identidade brasileira em reportagens internacionais**. Brasília Centro Universitário de Brasília. 2007.

CARVALHO, A. B.; COSTA, J. C. **Interseccionalizando a Análise do Discurso Crítica: a encruzilhada nos discursos discursivos e de gênero social**. Práticas Sociais, Discurso, Gênero Social: Explicações críticas sobre a vida social. Curitiba: Appris, 2020. 333 p.: 23 cm – (Ciências Sociais).

CASAGRANDA, Luana. **Violência de Gênero contra a mulher e a construção social da notícia: uma análise de casos de feminicídios no G1**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. (Vol. I, 6ª ed), São Paulo, 2002.

CASTRO Taís Borges de. **Heteronormatividade e outros marcadores sociais no Jornalismo: Uma análise das revistas Cláudia e TPM.** Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** Estudos Feministas. Ano 10 vol. 1, 2002.

DIAS, Jésus. **Heroína Fracassada e mulher complexa: análise da personagem Jessica Jones no seriado da Netflix.** Viçosa: Universidade Federal de Viçosa. 2016.

FELIX, Sérgio Luiz da Conceição. **Fake News e Política: um estudo sobre notícias falsas e imagem pública de Jair Bolsonaro no Facebook.** Viçosa: Universidade Federal de Viçosa. 2019.

FONSECA, D. L. S. NETO, J. A. S. **O processo de desinformação e o comportamento informacional.** Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas v.19, 2021.

FRANÇA, V. R. V. **Comunicação e política: edifica-se uma tradição?** Revista Eletrônica Compós. Salvador, 2000.

FRANCO, Luciele Mariel. **Todo mundo pode escolher o feminismo: o convite de bell hooks.** Universidade Federal de Santa Catarina. Revista Internacional Interdisciplinar, Florianópolis v.17 p. 01-07, 2020.

G1. **Jovem negra eleita prefeita de Bauru sofre ataques racistas às vésperas da eleição: ‘Cara de favelada’.** G1, 30 nov 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/eleicoes/2020/noticia/2020/11/30/mulher-negra-eleita-prefeita-de-bauru-sofre-ataques-racistas-as-vesperas-da-eleicao-cara-de-favelada.ghtml>. Acesso em: 18 de set. de 2021.

GONÇALVES, Ana Beatriz. **Processos de (re)definição na poesia de Conceição Evaristo.** SCRIPTA, Belo Horizonte, v.13, n.25, p. 51-61, 2º sem, 2009.

GRILLO. Sheila Vieira de Camargo. **Manuais de redação e estilo: Gênero do Discurso, linguagem e objetividade na imprensa.** São Paulo: Universidade Federal de São Paulo.2003.

GUIMARÃES, Luísa G. **As representações da mulher negra na Vogue Brasil.** Periódico Interdisciplinar. Belo Horizonte, v.1, n.2, p. 101-127, 2019.

HOOKS, b. **O feminismo é para todo mundo; políticas arrebatadoras.** 1 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO, Rio de Janeiro: Justiça Global e Terra de Direitos, 2020.

LA MARCA, Ana Beatriz de Melo. **Cobertura da violência na mídia: Análise de Conteúdo da cobertura jornalística dos Casos de Suzano e Realengo pelo Portal G1**, Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2020.

LIMA, Ana Carolina Levorato. **Jornalismo de portal: Análise de conteúdo do G1 nas áreas de cobertura da TV TEM**. Bauru, SP: Universidade Estadual Paulista. 2014.

LIMA, Marcelo Rodrigues de. **A Rainha da Lapa e o padre: uma análise discursivo-crítica das representações sociodiscursivas de Luana Muniz nas práticas midiáticas digitais brasileiras**. Viçosa, Universidade Federal de Viçosa, 2019.

LOURENÇO, A. C. FRANCO, A. **A radical imaginação política das mulheres negras brasileiras**. São Paulo: Oralituras, 2021, São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo.

MELO, Iran Ferreira. **Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções**. São Paulo. Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura. 2009.

MOLINA, Márcia Cristina Gomes. **A internet e o poder da comunicação na sociedade em rede: influências nas formas de interação social**. São Bernardo do Campo: Revista Metropolitana de Sustentabilidade, 2013.

PINHEIRO, M. M. K; BRITTO, V.P. **Em busca do significado da desinformação**. DataGramZero, v. 15, n.6, 2014.

REVISTA AZMINA; INTERNETLAB. **MonitorA: relatório sobre violência política online em páginas e perfis de candidatas (os) nas eleições municipais de 2020**. São Paulo, 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Feminismo negro para um novo marco civilizatório**. São Paulo: Sur Conectas, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Ana Elisa Cristina da. **Análise de conteúdo e verificação da presença do infoentretenimento nas revistas eletrônicas Fantástico e Domingo Espetacular**. Curitiba, Universidade Positivo, 2013.

SILVA, A. F L. SILVA, G. M. B. **“Falando a voz dos nossos desejos”: os sentidos da representatividade e do lugar de fala na ação política das mulheres negras**. Revista Eletrônica Interações Sociais – REIS, Rio Grande, n. 1, 2019.

SILVA, D. C. P. MELO. I. F. CASTRO, L. G. F. **Dissidências sexuais e de gênero nos estudos do discurso**. Aracaju: Criação Editora, 2017.

SILVA, Dayane dos Santos. **Acidente da TAM: Análise das representações discursivas na Folha de São Paulo**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2007.

SILVA, Karina Vieira. **Somos todos humanos? Interseccionando identidade e racismo enquanto construções sociais**. Rio de Janeiro Pontifícia Universidade Católica, 2016.

SOUZA, M. A. POSSAS, L. M. V. **Uma proposta de interseccionalidade entre gênero e raça para a educação básica**. Dourados, MS: Dossiê: História das Mulheres, Gênero e Interseccionalidades. 2020.

UNIVERSA. **Mulheres negras na política: verba vai primeiro para loiras do olho azul**. Universa. 21 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/07/21/mulheres-negras-na-politica-racismo-tenta-dizer-que-nao-e-nosso-lugar.htm>>. Acesso em: 20 set. 2021.

VIANA, G. C. S. CARRERA, F. A. S. **A (in)visibilidade da mulher negra youtuber**. Revista Eletrônica de Comunicação Informação & Inovação em Saúde – Fiocruz, Rio de Janeiro, 2013.

## ANEXOS

### **Anexo 01: Mulheres negras na política: "Verba vai primeiro para loiras de olho azul**

**Por: Camila Brandalise**

**(21/07/2020)**

Desde que a primeira mulher negra foi eleita para um cargo político no Brasil (Antonieta de Barros se elegeu deputada estadual em Santa Catarina, em 1935), o país caminhou pouco. Passados 85 anos, mulheres negras não chegam a 1% das assembleias legislativas e a 5% das câmaras de vereadores. Nas prefeituras do país, também são subrepresentadas: 3% ocupam o cargo máximo dos executivos municipais. Não há uma sequer comandando uma capital.

Os números escancaram a falta de representatividade, uma vez que elas compõem 25% da população brasileira. Em 2020, nas eleições para câmaras de vereadores e prefeituras, há maior mobilização por parte de possíveis candidatas, de coletivos para ajudá-las nas campanhas e de partidos para aumentar o quadro de candidaturas.

Mas por que há tão poucas mulheres negras na política brasileira? E por que é importante que esses números aumentem? Universa conversou com pré-candidatas e nomes experientes para responder a essas perguntas.

#### **"Dinheiro do partido vai para mulheres bonitas"**

O primeiro problema é o financiamento —e o racismo presente na distribuição da verba. Pré-candidata à vereadora em São Paulo pelo Podemos, Cidinha Raiz, que em 2018 foi a primeira negra a disputar o Senado no estado, pelo MDB, conta que, na divisão de verba, os primeiros beneficiados são os amigos dos dirigentes. "Depois, quando dividem os 30% das mulheres, a maior quantia vai para as loiras de olhos azuis, para as que são con." Depois, quando dividem os 30% das mulheres, a maior quantia vai para as loiras de olhos azuis, para as que são consideradas mulheres bonitas, porque, com dinheiro, elas vão ter mais tempo para aparecer na televisão e mais atenção dos eleitores, na lógica do partido", diz Cidinha. "Aí, passam para as candidatas que têm mais chance e, por último, para as mulheres negras."

A viabilização de recursos é um ponto fundamental em qualquer campanha. "Na primeira vez que me candidatei, saí do meu emprego meses antes da eleição, tive que receber de algum lugar", afirma a deputada federal Áurea Carolina (PSOL-MG), pré-candidata à

prefeitura de Belo Horizonte. "Não é nem sobre falta de preparo, mas de condições reais. A candidatura em si é um sacrifício muito grande. Você precisa abrir mão de tudo para fazer uma campanha de qualidade", diz.

Leticia Gabriella, pré-candidata à vereadora em São Paulo, aponta também a falta de apoio familiar que as impede de se dedicar à política. "O histórico das mulheres negras é de abandono. Mães solo, sem uma família que as apoie. No meu caso, tenho uma família muito presente, mas sei que sou um exemplo fora da curva", diz. "E isso não é só de agora, durante uma campanha. Vem de antes. Minhas amigas da época da escola ficaram grávidas e não fizeram o ensino superior, por exemplo."

### **Representatividade importa, sim**

Para Áurea, ter mais mulheres negras na política significa seguir princípios democráticos. "Se somos um quarto da população brasileira, era de se esperar essa representação no parlamento", diz. "Além disso, as experiências das mulheres dos diversos grupos precisam ser defendidas e apresentadas por quem as viveu. Não adianta ter aliadas apenas. É importante, mas não resolve tudo. Precisamos que mulheres negras contem suas próprias histórias porque, do contrário, suas necessidades ficarão em segundo plano."

"Sei que vou enfrentar ataques racistas porque o racismo tenta dizer o tempo todo que esse não é nosso lugar. E são esses ataques que tiram da mente das outras mulheres negras a possibilidade de entrar para a política. Muitas querem, mas não conseguem furar a bolha. Acredito que uma campanha como a minha é uma maneira de criar oportunidades para outras", diz. "Por enquanto, já enfrentei machismo velado, como quando decidi me colocar à disposição do partido e perguntaram: 'Mas seu marido vai deixar você concorrer?'" , diz.

### **"Se uma de nós for eleita, todas vão aplaudir"**

Para Letícia, é importante que as mulheres negras que estão entrando na política agora tenham em mente as dificuldades e criem métodos para enfrentá-las. "É importante buscar caminhos efetivos para resolver obstáculos, criar projetos e levar essas discussões de raça e gênero para dentro do partido", diz a pré-candidata. "Se não for pelo diálogo, tem que ser por constrangimento mesmo, cobrando-os por mais representatividade. Os partidos já entenderam a potência da população negra, agora precisam assumir essa responsabilidade."

Letícia ressalta também que, ainda que haja uma concorrência política natural entre as candidatas, existe também uma ajuda mútua entre mulheres negras em campanha, com distintos partidos e ideologias. "Mesmo que pensemos diferente, o importante é ver uma de nós sendo eleita. Se uma de nós chegar lá, já vamos aplaudir."... -

O apoio às novas candidaturas vem também de coletivos criados para dar suporte às que pensam em concorrer. Principalmente desde 2018, após a morte da vereadora Marielle Franco, houve uma insurgência de grupos incentivando mais mulheres negras, como Marielle, a entrarem para a política. É o caso do movimento Mulheres Negras Decidem, que tem como uma das fundadoras a estatística Juliana Marques, do Data\_labe, laboratório de dados e narrativas do Complexo da Maré, favela carioca

O Mulheres Negras Decidem promove cursos de formação política. Também faz uma espécie de mapeamento de líderes comunitárias e ativistas, justamente para reconhecer o potencial de mulheres à margem da política institucional. "Neste ano, inspiradas pela intensa mobilização de mulheres negras a fim de mitigar os impactos negativos da pandemia em suas comunidades, fizemos a pesquisa Para Onde Vamos. Nela, encontramos 245 mulheres negras ativistas de todo o território brasileiro", explica Juliana.

Ela também ressalta a importância de se prestar ajuda para as novatas, a fim de aumentar e fortalecer novas candidaturas. "Sabemos que as condições das mulheres em campanhas eleitorais são desiguais: de tempo, recursos, acessos. Além disso, tem a dimensão da negação do espaço público, do espaço político. Quando uma de nós acessa esse espaço, é por meio dos grupos que compartilhamos estratégias para que mais mulheres também possam acessá-lo."

## **Anexo 02: Jovem negra eleita prefeita de Bauru sofre ataques racistas às vésperas da eleição: 'Cara de favelada'**

*Suellen Rosim (Patriota) informou que registrou boletim de ocorrência e já está tomando as medidas cabíveis para que o agressor seja identificado: "Não vou me calar".*

**Por: Mariana Bonora e Alexandre Azank, G1 Bauru e Marília e TV TEM**

**(30/11/2020)**

A prefeita eleita de Bauru (SP), Suellen Rosim (Patriota), sofreu ataques racistas nas redes sociais nas vésperas das eleições. As mensagens foram divulgadas em um grupo de

WhatsApp e chegaram ao conhecimento dela, que registrou um boletim de ocorrência após o segundo turno neste domingo (29).

Em um dos trechos da mensagem postada no grupo, o agressor diz “não podemos eleger aquela mulher com cara de favelada para ser nossa prefeita. Essa gatinha irá afundar Bauru”. Em outra mensagem, ele diz: “não tenho nada contra, mas essa gente de pele escura, com cara de marginal administrado essa cidade, será o fim”.

O conteúdo com cunho racista também aparece em outra mensagem: “Essa gente de cor, representada por essa tal de Suéllen, não vai saber administrar a cidade, não tem competência.”

Suéllen informou ao G1 e à TV TEM que soube dos ataques por pessoas próximas que enviaram cópias das mensagens e que o seu advogado já está tomando as medidas cabíveis para que o autor seja identificado e punido.

“Fui alertada da situação e claro que no domingo era um dia atípico de eleição e eu queria pensar com muita calma, mas eu registrei um boletim de ocorrência e o advogado já está no caso para tomar todas as medidas necessárias.”

“Vivenciar algo assim a gente fica muito chateada, mas eu quero que sirva de exemplo, a gente não pode deixar esse tipo de situação passar, a gente não pode achar que isso é comum, simples e isso é aceitável. Muitas pessoas passam por isso e são silenciadas.”

A prefeita eleita disse também que pretende com essa atitude evitar que situações como essa continuem a acontecer.

“Entramos com todas as medidas judiciais possíveis para que essa pessoa seja identificada e diante da justiça corrigida. Isso não se faz muito menos em um ambiente de internet, onde as pessoas postam o que querem, comenta o que bem entendem. Nós estamos em um tempo que isso não é mais permitido, faço isso por mim e por tantas pessoas que enfrentam esse tipo de situação.”

Suéllen Rosim é a primeira mulher a ser eleita prefeita de Bauru. Antes dela, apenas Estala Almagro, que foi eleita vereadora nestas eleições, ocupou o cargo de vice-prefeita nos dois mandatos de Rodrigo Agostinho.

“Eu represento muitas mulheres, muitas negras que buscaram o seu espaço ao longo desse trajeto, não só na política, mas em todas as áreas. Então eu quero deixar essa mensagem de respeito e de representatividade. E com isso eu já começo o governo deixando essa

mensagem diante do que eu me senti ofendida, mas que isso não vai me calar e não me tornar invisível.”

### **Eleição em Bauru**

Suéllen foi a candidata à Prefeitura de Bauru mais votada no primeiro turno entre os 12 candidatos que disputaram. Ela teve 57.844 votos, o que representa (36,12%).

Com essa atuação, ela foi ao segundo turno na disputa de votos com o segundo colocado, Dr Raul (DEM), que ficou com 53.299 votos (33,28%) na votação de 15 de novembro.

Já no segundo turno, Suéllen foi eleita prefeita de Bauru com 55,98% dos votos (89.725), mais de 19 mil a frente do Dr Raul, com 44,02% (70.558 votos). Veja como foi a apuração na cidade.

### **Mais ameaças contra mulher negra**

A vereadora Ana Lúcia Martins (PT), que foi a primeira mulher negra eleita para a Câmara de Vereadores de Joinville (SC), também registrou ocorrência após receber ataques racistas em redes sociais e até ameaças de morte. A Polícia Civil do estado instaurou inquérito por injúria racial e ameaça.

Com 54 anos, Ana Lúcia está entre os 19 eleitos para o Legislativo no maior colégio eleitoral de Santa Catarina e recebeu 3.126 votos (1,18%).

Segundo a vereadora, antes mesmo de sair os resultados das urnas, começaram os ataques, que, depois, foram agravados por duas ameaças. "Por meio de um perfil fake, recebi, por duas vezes, ameaças de morte, evidenciando que o problema central era eu ser a primeira mulher negra eleita da cidade", disse Ana em uma rede social.